



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Jander Akson Carvalho de Almeida

COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO E O PORTE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Brasília, DF
2016

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decana de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decana de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves
Coordenador Geral do Programa Pós-graduação em Contabilidade (PPGCont)

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

JANDER AKSON CARVALHO DE ALMEIDA

COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO E O PORTE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes.

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Área:
Finanças/Orçamento Públicos.

Brasília, DF
2016

JANDER AKSON CARVALHO DE ALMEIDA
COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO E O PORTE DOS MUNICÍPIOS
BRASILEIROS / JANDER AKSON CARVALHO DE ALMEIDA – Brasília,
2016.

Orientador (a): Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de
Brasília, 1º Semestre letivo de 2016.

Bibliografia.

1. Orçamento público 2. Despesa pública 3. Composição do gasto público
4. Gasto público per capita. I. Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da
Universidade de Brasília. II. Composição do gasto público e o porte dos
municípios brasileiros.

CDD –

JANDER AKSON CARVALHO DE ALMEIDA

COMPOSIÇÃO DO GASTO PÚBLICO E O PORTE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador (a): Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Universidade Brasília (UnB)

Examinador (a): Prof. Mr. Antônio Carlos dos Santos
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, junho 2016

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais, Joelio de Almeida Cunha e Luciene Carvalho de Almeida, pelo apoio dado desde os meus primeiros anos letivos até hoje, colaborando para que eu pudesse ingressar na faculdade, conquista tão comemorada por mim e por eles.

Agradeço aos meus avós, Agnaldo Freitas Carvalho, Maria Peixoto Carvalho, Eliomário Batista e Georgete Almeida, pelo ensinamento do valor da humildade, honestidade e união. Além de todos os meus familiares dos quais sinto um enorme carinho, apesar da distância.

Aos meus amigos, em especial ao Rafael Garrido Máximo, Edson Vieira Júnior e Gabriel Magalhães Três, pelo significado da amizade e companheirismo.

À Maria Gabriela Monici pela atenção dada ao meu trabalho e pela gentileza de sempre.

Sou grato, também, ao Prof. Dr. José Lúcio Tozetti Fernandes pela orientação da qual tornou-se possível a realização deste trabalho, além do conhecimento e conselhos advindos dele. Uma experiência gratificante.

“Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.” (Martin Luther King).

RESUMO

A União, de forma integrada com os municípios, rege o orçamento público, o qual se trata de um instrumento de planejamento e execução das finanças públicas que realiza a previsão de receitas e fixação das despesas públicas em todo o território nacional. O estudo tem como objetivo analisar a composição do gasto público em diferentes níveis de agregação, no que se refere aos gastos por categoria, natureza e função de cada município. Objetiva-se, também, analisar a composição do gasto público e o gasto público per capita em relação ao porte dos municípios, além de comparar a diferença entre eles. Na metodologia foram utilizados 5.173 municípios como amostra, dos quais foram segregados em relação ao porte em cinco faixas populacionais. A coleta de dados foi feita por intermédio dos registros das despesas por categoria, natureza e função orçamentária, e sua análise foi baseada nas estatísticas descritivas. Os dados da população e das despesas elencadas no trabalho utilizaram como base o ano de 2012. Os resultados alcançados a partir da análise dos dados coletados demonstraram que os municípios de pequeno porte possuem uma maior média na distribuição de 7 das 14 despesas no que se refere a composição do gasto público e o gasto público per capita, significando que esses municípios tendem a demandar mais recursos públicos do que os outros portes.

Palavras-chave: Orçamento público; despesa pública; composição do gasto público; gasto público per capita.

ABSTRACT

The Union, in an integrated manner with the municipalities, governs the public budget, which is a tool for planning and execution of public finances that makes the estimates of revenue and assessment of public expenditure across the national territory. The study aims to analyze the composition of public spending at various levels of aggregation, with regard to spending by category, nature and function of each municipality. The purpose is also to analyze the composition of public expenditure and public spending per capita in relation to the size of the municipality and to compare the difference between them. In the methodology we used 5,173 municipalities as a sample of which were segregated in terms of size in five population groups. Data collection was made through the records of expenditure by category, nature and budget function, and its analysis was based on descriptive statistics. The population data and expenses listed in the work used as the base year 2012. The results from the analysis of the collected data showed that small towns have a higher average in the distribution of 7 of the 14 charges in respect the composition of public expenditure and public spending per capita, meaning that these municipalities tend to demand more public resources than other sizes.

Keywords: Public budget; public expenditure; composition of public spending; public spending per capita.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problema da pesquisa	13
1.2 Objetivo geral e objetivos específicos	13
1.3 Justificativa da pesquisa	14
1.4 Estrutura da pesquisa	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 Complexidades regionais	15
2.2 Demandas socioeconômicas	17
2.3 Planejamento e organização orçamentária	18
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
4. RESULTADOS	25
4.1 Gasto público por categoria	25
4.2 Gasto público por natureza da despesa	27
4.3 Gasto público por função orçamentária	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Porte dos municípios e a quantidade numérica da amostra.

Quadro 2 – Variáveis do gasto público.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatísticas descritivas do gasto corrente pela composição e per capita.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas do gasto de capital pela composição e per capita.

Tabela 3 – Estatísticas descritivas do gasto com pessoal pela composição e per capita.

Tabela 4 – Estatísticas descritivas do gasto com outras despesas pela composição e per capita.

Tabela 5 – Estatísticas descritivas do gasto com investimentos pela composição e per capita.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas do gasto legislativo pela composição e per capita.

Tabela 7 – Estatísticas descritivas do gasto administrativo pela composição e per capita.

Tabela 8 – Estatísticas descritivas do gasto com assistência social pela composição e per capita.

Tabela 9 – Estatísticas descritivas do gasto com saúde pela composição e per capita.

Tabela 10 – Estatísticas descritivas do gasto com educação pela composição e per capita.

Tabela 11 – Estatísticas descritivas do gasto com urbanismo pela composição e per capita.

Tabela 12 – Estatísticas descritivas do gasto com saneamento pela composição e per capita.

Tabela 13 – Estatísticas descritivas do gasto com energia pela composição e per capita.

Tabela 14 – Estatísticas descritivas do gasto com transporte pela composição e per capita.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do gasto público e sua composição são fundamentais para que hajam novos direcionamentos, esforços e inovações das políticas públicas em prol da sociedade. Tendo em vista a conjuntura econômica do Brasil, é necessário um avanço na direção da maior equidade e eficiência do gasto público, objetivando um melhor desempenho econômico do país (MENDES, 2015, p.7).

É possível avaliar o gasto público como uma sequência de dois fatos: o primeiro ocorre na construção e consolidação das suas rubricas orçamentárias, orientadas e definidas por uma peça prévia de planejamento e programação; o segundo ocorre na sua efetiva execução que está associada mais diretamente com os bens e serviços efetivamente providos pelo poder público para o atendimento de demandas ou necessidades específicas da sociedade (MENDES, 2015, p. 14-15).

Existem 5.561 municípios espalhados pelos estados brasileiros, com diferentes demandas socioeconômicas, com complexidades sociais, econômicas e políticas, além de serem heterogêneas e desiguais (MENDES, 2015, p.7). Complexidades essas que emanaram as dificuldades encontradas no Brasil, contribuindo para as desigualdades sociais e econômicas entre as regiões, como destaca Affonso em sua tese sobre Os Municípios e os Desafios da Federação no Brasil (1996). Diante disso, torna-se importante o estudo destas diferenças a fim de entender a composição do gasto público a nível nacional.

O bem-estar da sociedade está diretamente ligado à boa gestão pública, visto que a alocação de recursos em observância às demandas de serviços públicos, tais como saúde, transporte, segurança, educação, resultará no equilíbrio entre o foi gasto pela população, por intermédio de impostos pagos, por exemplo, e do que o Estado proverá. Mendes deixa isso claro em seu trabalho acerca dos Padrões Regionais da Despesa Pública Municipal no Brasil (2015).

No que se refere ao orçamento público, sabe-se que para a administração pública arrecadar e gastar os recursos provenientes da população dentro dos limites legais, é necessário um instrumento de controle, conhecido como orçamento público (VIANA, 1976, p. 26). A partir disso, é possível entender que através do que rege o orçamento, o Estado tem total responsabilidade de como controlar a máquina pública, elaborando proposta orçamentária, discutindo e votando a aprovação da LOA, executando-a e, por fim, exercendo o controle de avaliação da execução orçamentária.

O orçamento, portanto, deve oferecer informações sobre todos os recursos disponíveis, com a função de ajudar na tomada de decisão, abordando corretamente também as preocupações referentes à redução das desigualdades. Preocupações estas, que envolvam um melhor desenvolvimento na análise do gasto público juntamente com o cumprimento de normas mínimas na gestão das finanças públicas, além de um enfoque no desempenho a nível organizacional (MENDES, 2015, p. 14-15).

Neste trabalho apresentado será estudado a relação entre as despesas correntes e de capitais, além das despesas por função, oriundas do Balanço Orçamentário, comparando-se com o pequeno, médio e grande porte dos municípios brasileiros, no sentido de comparar o direcionamento e a composição do gasto público com o objetivo de observar o comportamento das quatorze despesas públicas para melhor auxiliar os gestores em suas tomadas de decisões.

1.1 Problema da pesquisa

Mesmo com mais recursos financeiros, a Administração Pública, muitas vezes, não os direciona da melhor maneira possível, tendo em vista que para existir uma melhor distribuição dos recursos públicos, concomitante com sua melhor eficácia, eficiência e efetividade de execução, o arranjo federativo coordenado e articulado é de extrema importância (MENDES, 2015, p.7).

Diante disso, **como se diferencia a composição do gasto público em relação ao porte dos municípios brasileiros?**

A partir deste questionamento, torna-se necessário, também, ter conhecimento das principais demandas econômicas e sociais de cada região; a complexidade política e fatores ímpares que implicam no orçamento e, conseqüentemente, na despesa pública.

1.2 Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral é analisar a composição do gasto público municipal em diferentes níveis de agregação, referentes aos gastos por categoria, natureza e função em relação ao porte dos municípios brasileiros.

Os objetivos específicos podem ser assim definidos:

- I. Analisar a composição do gasto público e o porte dos municípios ;
- II. Analisar o gasto público per capita e o porte dos municípios;
- III. Comparar a diferença da composição do gasto e do gasto per capita em relação ao porte dos municípios.

1.3 Justificativa da pesquisa

Mendes (2015, p. 7) explica que o planejamento da programação orçamentária concomitante com a ação pública age em prol da “partida dobrada” do que é recolhido pelo Estado com o atendimento às demandas sociais, de modo a atender o que consta na meta constitucional.

Portanto, o estudo do orçamento público vinculado ao porte de cada município é de fundamental importância para que os gestores públicos possam alocar, da melhor maneira possível, em observância a eficiência, eficácia e efetividade, os recursos oriundos da população a fim de melhorar dos serviços fundamentais e diminuir a desigualdade social e regional.

Este comparativo é importante compreender as disparidades e o porquê delas na forma de atuação da Administração Pública, para que se possa pensar em diferentes formas de direcionamento das ações públicas visando alavancar a economia e atendendo, concomitantemente, às demandas sociais.

1.4 Estrutura da pesquisa

A primeira seção estudo abrange a introdução, elencando o problema de pesquisa, os objetivos gerais e específicos e a justificativa.

A segunda seção destacará o referencial teórico em que será tratado as complexidades regionais, além das demandas socioeconômicas e o planejamento e organização orçamentária do país.

A terceira seção demonstrará a metodologia em que o trabalho se baseou a fim de se responder ao problema de pesquisa.

A quarta seção exibirá os resultados obtidos através da metodologia utilizada, juntamente com sua análise.

E, por fim, a quinta seção irá conter as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Complexidades regionais

Para compreender as diferenças ou igualdades da composição do gasto público entre todos os municípios espalhados pelas cinco regiões do país, é preciso atentar-se às questões que vão além do estudo do Orçamento Público e da destinação das despesas orçamentárias (GRUBBA, 2013, p. 17). É necessário, também, obter um conhecimento acerca das complexidades sociais, econômicas e políticas dos diferentes municípios, a fim de se entender o gasto público de uma maneira mais profunda e poder correlacionar com a sua composição nos municípios.

Mendes (2014, p. 7) explica que:

As necessidades, as demandas e as escolhas econômicas, sociais e políticas da sociedade por bens e serviços públicos ou mistos (público-privados) são satisfeitas, em alguma medida, ao longo de algum tempo – curto, médio e longo prazo - por meio de diversos arranjos federativos entre união, estados e municípios, em contextos territoriais diferenciados ou desiguais. A conjunção de interesses sociais e de ações políticas federativas em escalas territoriais (local-municipal, estadual, regional e nacional), ao longo do tempo, conformariam os elementos principais dessa (nova) base teórica comum.

Portanto, a capacidade de receita pública atrelada a demanda social precisa estar integrada de forma que atenda a interesses de uma população específica e, ainda, às necessidades econômicas, políticas e sociais presentes no país (MENDES, 2015). Além disso, as dinâmicas sociais entre os Estados tendem a ficar comprometidas, tendo em vista a globalização e seus impactos para a sociedade, como explica Alves e Allebrandt (2015, p. 4):

Nas últimas décadas, diante da expansão da economia globalizada e da consequente reestruturação do território, tem-se observado o desafio de reafirmação das dinâmicas regionais. A partir de 1990 observa-se o desenvolvimento de intensas e rápidas transformações econômicas na escala mundial, que têm promovido um conjunto de efeitos e de impactos sociais, culturais, ambientais e éticos que, de maneira desigual, se apresentam aos diferentes lugares e regiões do espaço mundial, interferindo e condicionando seus processos de desenvolvimento.

As demandas, necessidades e interesses sociais são heterogêneos, diferenciados e desiguais no território, demonstrando, assim, que a execução de políticas públicas deverá ser atrelada a relação do gasto público e para essa complexidade social, econômica e política (MENDES, 2015).

No que tange a complexidade social e econômica encontrada na sociedade, a economia está presente no desenvolvimento humano, mas também abrange fatores que auxiliam ao bem-

estar e na dignidade da população. Além disso, existe uma desigualdade de acesso da população aos seus direitos estabelecidos por lei, dificultando, assim, a constituição de uma vida digna, favorecendo o processo migratório desordenado, muitas vezes, para outras cidades ou estados (GRUBBA, 2013).

De acordo com um estudo realizado por Arretche e Marques (2002), a respeito da Municipalização da saúde no Brasil, a expansão da capacidade de os municípios brasileiros prestarem diretamente serviços ambulatoriais depende fortemente dos incentivos derivados da estratégia de descentralização do Ministério da Saúde, assim como da capacidade de investimento do município. As diferenças entre tipos de municípios, no que diz respeito ao porte populacional e à localização, também se mostraram relevantes, indicando que as cidades de menor porte tendem a oferecer uma quantidade per capita proporcionalmente maior de serviços ambulatoriais do que as capitais, municípios das regiões metropolitanas e cidades de médio porte.

Esta superioridade relativa das cidades menores, no entanto, está fortemente associada à importância da “capacidade de gasto municipal” para a produção direta de serviços de saúde, dado que o modelo de descentralização fiscal adotado no Brasil beneficia tais municípios, basicamente com recursos originários de transferências dos níveis superiores de governo (ARRETCHE e MARQUES, 2002).

Atrelado a essa descentralização fiscal do Brasil, Arretche (2004, p. 20) explica que:

A autonomia política e fiscal dos governos estaduais e municipais permite que estes adotem uma agenda própria, independente da agenda do Executivo federal. As relações verticais na federação brasileira – do governo federal com Estados e municípios e dos governos estaduais com seus respectivos municípios – são caracterizadas pela independência, pois Estados e municípios são entes federativos autônomos. Em tese, as garantias constitucionais do Estado federativo permitem que os governos locais estabeleçam sua própria agenda na área social.

A partir do que foi exibido anteriormente por Arretche, os municípios, entre outras atribuições, podem legislar sobre assunto de interesse local, além de complementar, quando possível, a legislação federal e estadual. A autonomia fiscal e política permite aos municípios dependerem cada vez menos da União para que possam estabelecer de forma descentralizada suas contribuições para a sociedade através de políticas públicas.

2.2 Demandas socioeconômicas

Sabe-se que a satisfação pessoal é alcançada por intermédio de escolhas individuais e, também, das demandas socioeconômicas. O mercado proporciona a oferta de produtos e serviços a serem consumidos pela população regidos por um sistema de preços. A sociedade como um todo é satisfeita através de provisões de deveres do Estado, provenientes dos recursos tributários constantes no orçamento (MENDES, 2015).

Segundo Miranda et. al. (2008, p. 210):

Para que o Estado funcione no sentido de atender às necessidades da sociedade é necessário arrecadar receitas, as quais possibilitarão a realização de programas e ações do Estado, através da realização de despesas. Mas é preciso que haja equilíbrio entre receitas e despesas. De um lado, as receitas devem ser definidas num montante adequado para atender a vontade da sociedade. As despesas, por sua vez, devem ser estimadas num volume adequado à capacidade contributiva da sociedade.

Nesse sentido, o acesso à informação torna-se fundamental para que o controle social tenha início, mas, isso só ocorrerá se houver transparência na administração pública. Essa transparência depende, por exemplo, de um processo de compreensibilidade, por parte dos cidadãos, e torna-se preciso que o orçamento público seja entendido pela população (MIRANDA et al., 2008, p. 210).

Segundo Barbosa (2007, apud MIRANDA et al., 2008) essa confrontação entre o acesso do que está apenas documentado e o que está sendo feito permite a identificação de possíveis desvios ocorridos e principalmente as causas de erros de planejamento, de previsão e de estimativa que influenciam os níveis de execução. Portanto, se alcança um passo importante no que tange a garantia de que a transparência da utilização dos recursos públicos seja o combustível do controle social.

A fim de se atingir a meta prevista constitucionalmente, é necessário que haja um planejamento regional e nacional no sentido de compatibilizar a provisão de bens e serviços disponibilizados pelo governo em um país com as demandas sociais heterogêneas e desiguais (MENDES, 2015, p. 7).

Segundo Lopes e Malfitano (2009, p. 369):

Quando se busca compreender o campo da política e seus diferentes núcleos que se debruçam sobre as questões sociais brasileiras, vislumbra-se conhecer as possibilidades de intervenções para diminuição das desigualdades sociais. (...) podemos observar que, no atual contexto sociopolítico, a participação social – dada através da articulação entre Estado e sociedade civil e da interferência da última nas políticas públicas – faz-se de forma precária e pouco sistemática no cotidiano.

As autoras explicam, ainda, que as políticas públicas quando implementadas a partir de uma ótica menos restritiva, no sentido de promover e viabilizar as ações interdisciplinares e intersetoriais, que se localizam dentro dos limites das leis, e da valorização da educação popular, possibilitarão a concretização de intervenções que efetivamente atuem numa perspectiva coletiva, para a produção de significantes e significados que interfiram na criação e ampliação das redes sociais de suporte de grupos em situação de vulnerabilidade social (LOPES; MALFITANO, 2009).

Segundo Musgrave (1956, apud MENDES, 2015, p. 9):

A teoria precisa incluir tanto o lado da receita quanto o lado da despesa do plano familiar e ambos precisam ser determinados como partes integrantes do mesmo sistema. Uma aproximação de desenho de uma teoria de orçamento múltiplo proposta distingue entre três funções orçamentárias principais. Elas incluem (1) a provisão para a satisfação de necessidades públicas; (2) a provisão de ajustes na distribuição de renda; e (3) a contribuição para a estabilidade. O departamento fiscal do nosso governo imaginário é dividido em três ramificações responsáveis com essas funções respectivamente.

Deve-se enxergar a demanda socioeconômica, além de, simplesmente, analisar a oferta. Para que haja o efeito positivo das ações federativas sobre a sociedade em geral, é necessário que haja um melhor conhecimento acerca da heterogeneidade e desigualdade socioeconômica no território nacional (MENDES, 2015).

Portanto, ainda de acordo com a pesquisa realizada por Mendes (2015, p. 39):

O alto custo de provisão de bens públicos e a insuficiência gerencial, principalmente em pequenos municípios e locais menos desenvolvidos, para ofertar bens e serviços públicos em quantidade e qualidade condizentes com as demandas sociais e produtivas limitam ou mesmo reduzem a eficácia, a efetividade e a eficiência da ação pública.

A partir disso, o Estado com uma administração gerencial eficiente é aquele que tem como objetivos principais adaptar-se às mudanças de formas de atuação do Estado, que são visualizadas em cada país e atender às exigências da sociedade. A administração gerencial se baseia em descentralizações política e administrativa, com instituições com poucos níveis hierárquicos, flexibilidade organizacional, controle de resultados, uma administração, portanto, voltada para o atendimento do cidadão e aberta ao controle social.

2.3 Planejamento e controle orçamentário

De acordo com Maciel (1989, apud QUEIROZ, 2015, p. 11), o planejamento tange:

(...) a ordenação do processo de desenvolvimento. A adoção de um procedimento técnico, contínuo e sistêmico com vistas à tomada de decisões governamentais, além

de suportar a escolha racional e democrática do futuro, compatibilizando meios e fins, com as condicionantes de menor custo possível e de máxima eficácia.

A importância da contabilidade para o processo de planejamento e para a realização do controle, principalmente quanto a monitoramento do desempenho e avaliação de alcance das metas. Porém, a visão não deve se restringir a questões meramente financeiras; a utilização dessas medidas deve ser pautada na análise de eficiência e eficácia das metas como exposto por Liedtka (2000, apud BORGES; MATIAS, 2011).

No que se refere ao plano de desenvolvimento do país, este consiste numa gama concisa de objetivos e metas atreladas a ações com interface econômica, social e política. Dentro de um certo período, este planejamento contém os objetivos que, de acordo com estudos prévios tenham possibilidade de serem implementadas, e, para que isso ocorra, deve haver instrumentos com a finalidade de controle e monitoramento (CARDOSO JR., 2011).

Pereira (1968, p. 15) traz o conceito de desenvolvimento, explorando além do que se refere o desenvolvimento econômico:

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se de desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorizado, a não ser que seja para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trouxer consigo modificações de caráter social e político, se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porquê de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixarão traços.

O crescimento econômico, no que se refere ao desenvolvimento da União, está atrelado a eficiência na utilização dos recursos disponíveis bem como a quantidade de capital que é gerado. Esse crescimento depende, também, do dinamismo e eficiência dos gestores. Porém, o processo de desenvolvimento socioeconômico se refere a mudança de nível social, não apenas de ordem econômica, impactando as áreas políticas, sociológicas e culturais (ALVES; ALLEBRANDT, 2015).

Pereira (1977, p. 214) aborda sobre a modernização do aparato estatal referentes as áreas típicas, de planejamento e dos setores produtivos:

O Estado passa então por um profundo processo de aumento de poder e de modernização. Suas funções se ampliam não apenas (a) para as áreas de serviço típicas dos governos modernos como a educação, a saúde, a previdência social, mas também (b) para a atividade de planejamento e coordenação econômica, através de

novos órgãos de planejamento e controle que são criados em todos os níveis governamentais e (c) para os setores diretamente produtivos e financeiros.

Atrelado a isso, Cardoso Jr. (2011, p. 12) explica que planejamento para ele “[...] é atividade altamente intensiva em gestão, daí que planejamento sem gestão adequada é processo especialmente sujeito a fracassos e descontinuidades de várias ordens, [...]”. O autor completa sua ideia afirmando que se não houver uma integração do planejamento com a gestão pública não há eficácia nos estudos feitos sobre a alocação e distribuição de recursos de maneira racional.

Andrade et al. (2005) esclarecem que a prática do planejamento tem por objetivo corrigir distorções administrativas, alterar condições indesejáveis para a coletividade, remover empecilhos constitucionais e assegurar a viabilização de objetivos e metas que se pretende alcançar. Além disso, afirmam que o planejamento é indispensável ao administrador público responsável, já que planejar é o ponto de partida para a administração eficiente e eficaz da máquina pública.

Neste contexto, de acordo com Rezende (2011, p. 206):

As dificuldades interpostas à gestão pública cresceram em razão do rígido controle sobre a execução orçamentária direcionada para o cumprimento de metas de geração de elevados superávits primários, retirando do órgão de planejamento o controle sobre um instrumento de fundamental importância para o exercício de suas atribuições. Entrementes, a reação a essa mudança acarretou novas distorções que agravaram a situação.

No setor público a relação entre contabilidade, planejamento e controle permanece a mesma, permitindo a consideração de que se espera que seja mais explícita, uma vez que as leis federais 4.320/64 (BRASIL, 1964) e lei complementar 101/01 (BRASIL, 2001) determinam que o governo deve elaborar, a partir de um Plano Plurianual, dois instrumentos vinculados à execução financeira de curto prazo, os quais são: a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Segundo o parágrafo 1º do artigo 165 da Constituição Federal, a lei que institui o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (BRASIL, 1988).

Já a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na

legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (BRASIL, 2015).

Gontijo (2016) afirma que “A lei orçamentária da União estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro. Permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, de outro, quem são os beneficiários desses recursos. ”. Favorecendo, assim, o controle dos gestores em prol da máquina pública.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, aborda a abrangência da Lei Orçamentária Anual, que I - Compreende o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

A partir disso, uma das formas de estabelecer o que a constituição rege, é por intermédio do controle interno, que tange um conjunto de normas, rotinas e procedimentos, adotados pelas unidades administrativas, tais como segregação de funções, determinação de atribuições e responsabilidades, limitação de acesso aos ativos, limitação de acesso aos sistemas de computador e treinamento de pessoal, com o objetivo de impedir o erro, a fraude e a ineficiência (FILHO, 2008).

Segundo Dantas et al. (2010, p. 6), “O sistema de controle interno, quando adequadamente estruturado, reduz os riscos e ajuda as organizações a alcançar os seus objetivos, mas não pode assegurar o sucesso ou garantir a continuidade dos negócios. ” Portanto, mesmo com um controle adequado realizado pela administração pública, ainda há riscos de fraudes e informações não fidedignas.

Fazendo um paralelo com o Plano Plurianual, que trata-se do instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas (BRASIL, 2016), pode ser considerado um instrumento de controle do que foi prometido formalmente com o que está sendo cumprido pelo governo.

Para a implantação desse controle, é necessária à administração pública uma contratação de pessoal, além de uma integração dos poderes da esfera federal, para que a União estabeleça diretrizes, tais como: o desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social;

a melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos; a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, geracionais e de gênero; o estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade (BRASIL, 2016).

A participação da população neste controle é um passo importante a médio prazo, uma vez que o governo é cobrado acerca do que foi prometido, e assim, poder agilizar algumas ações de bem geral. O envolvimento da sociedade com a administração pública torna-se fundamental para a definição das políticas públicas de desenvolvimento, das estruturas de governança regional ou local e dos processos de planejamento (ALVES; ALLEBRANDT, 2015).

Ribeiro (2002, p. 60) destaca que:

O controle social mostra seu enorme potencial de se tornar um instrumento efetivo quando vislumbramos que qualquer sistema de controle montado no interior do Estado sofrerá limites, quer orçamentários, quer de quantitativos de pessoal, quer de limites de atuação e independência (em maior ou menor grau), e o controle social exercido pelo cidadão e pelo conceito da preservação do interesse público disseminado pela cidadania passa a estar em todas as partes.

Cabe ressaltar, também, que o controle social é uma ferramenta que possui limitações, tais como a não participação da sociedade neste controle, necessitando, assim, de um desenvolvimento de medidas que simplifiquem o acesso da população aos dados e informações acerca da Administração Pública, fazendo com que haja o estímulo necessário para o controle social (RIBEIRO, 2002).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A amostra deste trabalho abrange os 5.175 municípios do Brasil, tendo como base a projeção dos estudos do IBGE referentes ao ano de 2012, contidos no Quadro dos Dados Contábeis Consolidados Municipais (FINBRA – Finanças do Brasil), com exceção dos municípios Brasil Novo e Jacareacanga, ambos do Pará, devido à falta de informações sobre suas respectivas populações. Assim a amostra final do estudo compreendeu 5.173 municípios com os dados disponíveis para a pesquisa.

Os dados coletados foram os gastos e a população dos municípios na base de dados da FINBRA para o ano de 2012. Diante disso, os municípios com menores populações registradas foram os de Serra da Saudade (MG) e Borá (SP), com 807 pessoas cada um. Por outro lado, o município com a maior população registrada foi o de São Paulo (SP), com 11.376.685 de habitantes.

O Quadro 1 mostra o porte do município pelo tamanho da população e foi definido através das variáveis: pequeno (P1), em que restringe municípios menores ou iguais a 20.000 pessoas; pequeno intermediário (P2), quando a população é maior que 20.000 e menor que 50.000 pessoas; médio porte (M), refletindo uma população maior que 50.000 e menor que 100.000 pessoas; grande porte (G), que, por sua vez, apresenta uma população maior que 100.000 e menor que 900.000 habitantes; e, por fim, metro (metrópoles), definido por populações maiores que 900.000 pessoas.

Com relação a quantidade de municípios por porte da população, existiam 3.614 municípios considerados de pequeno porte (P1), outros 967 municípios de pequeno porte intermediário (P2), 315 municípios de médio porte (M), 261 representando o grande porte (G) e, finalmente, apenas 16 municípios considerados metrópoles (Me), conforme representado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1: Porte dos municípios e a quantidade numérica da amostra

Porte dos Municípios	P1	P2	M	G	Me
Faixa Populacional (mil hab.)	≤ 20	>20; <50	>50; <100	>100; <900	>900
Quant. da Amostra	3614	967	315	261	16

Fonte: IBGE/2010 (Faixa Populacional) e Elaboração própria (Quant. da Amostra).

Depois de definido esta relação do porte dos municípios atrelado a faixa populacional, foi realizado a composição e o cálculo per capita do gasto público por categoria econômica, natureza da despesa e função. Os valores monetários foram corrigidos pelo IGPM – Índice

Geral de Preços – Mercado (dezembro de 2015), tendo em vista que os dados utilizados são de 2012 e foi necessária sua atualização para melhor representar a realidade da pesquisa.

Primeiramente, tendo como base o Quadro 2, a composição do gasto por categoria foi definida através da divisão dos gastos de capital e corrente pela despesa orçamentária total de cada município da amostra. Por conseguinte, o dado per capita foi adquirido por intermédio da divisão destas despesas pelos habitantes. A composição do gasto por natureza, por sua vez, foi calculada pela da divisão das despesas de pessoal e encargos, outras despesas e investimentos pela despesa orçamentária total, também de cada município. Além disso, foi feito a divisão destas despesas pelo dado da população dos municípios, gerando o gasto per capita.

Quadro 2: Variáveis do gasto público

Classificação	Gasto Público
Categoria Econômica	Corrente
	Capital
Natureza da Despesa	Pessoal e Encargos
	Outras Despesas
	Investimentos
Função Orçamentária	Legislativa
	Administrativa
	Assistência Social
	Saúde
	Educação
	Urbanismo
	Saneamento
	Energia
Transporte	

Fonte: Elaboração própria.

No que se refere ao cálculo da composição do gasto público por função, ainda se referindo ao Quadro 2, houve a divisão dos gastos legislativos, administrativos, assistenciais, de saúde, educacionais, de urbanismo e saneamento pela despesa total. O gasto per capita foi calculado da mesma forma do gasto por natureza e por categoria, dividindo-se as despesas pela população.

Após feita a relação das variáveis do gasto público com o porte da população dos municípios, utilizou-se estatísticas descritivas, como média, mediana, desvio padrão, curtose, assimetria, máximo e mínimo, e do quartil (percentil), a fim de buscar entender as diferenças e igualdades do grau de distribuição das despesas entre os municípios de porte pequeno, médio, grande ou metrópole.

4. RESULTADOS

Nesta seção serão abordados os gastos públicos por categoria, natureza e função orçamentária dos municípios contidos na amostra. Primeiramente, o gasto público por categoria abrange o gasto corrente e o de capital. Em seguida, o gasto público por natureza exibirá o gasto público com pessoal, outras despesas e investimentos. Por fim, o gasto público por função orçamentária mostrará os gastos públicos legislativo, administrativo, com assistência social, com saúde, com educação, com urbanismo, saneamento, energia e transporte.

4.1. Gasto público por categoria

O gasto público corrente consiste na distribuição das despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone, dentre outros (Resolução Conjunta nº 01/2013). A Tabela 1, que trata da despesa corrente, elenca a composição do gasto público e o gasto público per capita com base na estatística descritiva entre os portes dos municípios.

Tabela 1: Estatísticas descritivas do gasto corrente pela composição e per capita

CORRENTE	GASTO POR NATUREZA									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	1,077	1,099	1,100	1,101	1,117	2738,17	2065,93	2006,45	2303,17	2492,27
DESVIO PADRÃO	0,094	0,082	0,070	0,067	0,055	1185,28	994,48	898,64	1116,91	854,37
MEDIANA	1,089	1,110	1,113	1,110	1,116	2393,45	1859,69	1811,29	2096,90	2409,72
QUARTIL 1	1,027	1,056	1,059	1,064	1,075	1937,85	1590,20	1538,91	1565,49	1851,08
QUARTIL 3	1,141	1,158	1,149	1,147	1,164	3202,77	2255,40	2207,76	2695,19	3335,07
MÁXIMO	1,264	1,264	1,264	1,238	1,206	13341,02	13621,91	11497,28	9101,04	3746,69
MÍNIMO	0,000	0,615	0,864	0,722	1,035	0,00	303,88	926,39	931,46	947,51
ASSIMETRIA	-1,494	-1,080	-0,776	-1,066	-0,033	2,18	6,27	5,18	2,76	-0,06
CURTOSE	7,966	2,628	0,611	3,265	-1,139	8,98	59,70	43,61	11,56	-1,22

Fonte: Elaboração do autor.

De acordo com a Tabela 1 acima, a maior média do gasto corrente obtida foi a das metrópoles, no que se refere a composição do gasto público e, no cálculo da despesa per capita, os municípios de pequeno porte (P1) apresentaram as maiores médias, com destaque na superioridade de 36% se comparados com os municípios de médio porte (M). Isto significa que a distribuição das despesas públicas correntes são 36% maiores em municípios pequenos do que nos municípios de médio porte.

Por outro lado, os municípios de pequeno porte (P1) apresentaram a menor média da composição do gasto e, na distribuição per capita, os de médio porte (M) foram os menores, demonstrando que apesar da distribuição da despesa pública pelos habitantes serem maiores

em municípios pequenos, a composição do mesmo reflete uma das menores, se comparados com os outros portes.

Portanto, a proporção do gasto corrente médio no gasto total (composição do gasto) entre os portes dos municípios foi próximo, com pequena variação, se comparado com o gasto corrente per capita, tendo em vista que na distribuição dessa despesa existiu diferença entre os portes, principalmente entre o pequeno porte (P1) e o médio porte (M). Isso significa que o gasto corrente per capita nos municípios de pequeno porte (P1) é maior, o que pode ser explicado por uma demanda socioeconômica superior se comparado com os municípios de médio porte.

A assimetria encontrada, no que tange a composição do gasto se mostrou negativa e na distribuição per capita, variação positiva, com exceção das metrópoles. Extrai-se disso que na composição do gasto existem mais valores concentrados abaixo da média (curva assimétrica negativa) e, no gasto per capita, mais valores concentrados acima da média (curva assimétrica positiva).

Portanto, quando a despesa corrente é dividida pelas despesas orçamentárias totais existe uma constância de números abaixo da média entre os portes, fugindo de uma simetria. Já na divisão do gasto pelo dado da população, a situação se inverte, demonstrando que o resultado encontrado está concentrado acima da média, o que também foge de uma simetria.

Cabe ressaltar que estes resultados são provenientes de complexidades regionais e demandas socioeconômicas que diferem de região para região, ou seja, existem municípios que necessitam mais das despesas correntes do que outros, independentemente de seu porte. As demandas, necessidades e interesses sociais são, portanto, heterogêneas, diferenciadas e desiguais.

Tabela 2: Estatísticas descritivas do gasto de capital pela composição e per capita

CAPITAL	GASTO POR NATUREZA									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,186	0,164	0,163	0,162	0,146	500,58	327,67	311,67	358,63	329,32
DESVIO PADRÃO	0,094	0,082	0,069	0,067	0,055	445,80	358,57	227,57	317,77	190,88
MEDIANA	0,173	0,153	0,150	0,153	0,148	393,70	264,46	252,77	289,84	283,70
QUARTIL 1	0,122	0,106	0,113	0,116	0,099	248,47	171,76	171,90	191,44	193,38
QUARTIL 3	0,236	0,207	0,204	0,200	0,189	623,53	392,13	379,49	425,23	406,18
MÁXIMO	1,264	0,649	0,394	0,541	0,229	9623,57	5440,45	1983,75	3149,47	746,10
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,026	0,058	0,00	0,00	0,00	26,97	127,59
ASSIMETRIA	1,499	1,081	0,732	1,084	0,033	6,48	8,74	3,02	4,57	1,09
CURTOSE	7,980	2,672	0,445	3,331	-1,139	99,43	106,83	15,68	30,96	0,37

Fonte: Elaboração do autor.

No que diz respeito às despesas de capital, essas possuem como exemplos a aquisição de máquinas equipamentos, realização de obras, aquisição de participações acionárias de empresas, aquisição de imóveis, concessão de empréstimos para investimento, por exemplo (Resolução Conjunta nº 01/2013).

Tendo como base a tabela anterior, a média tanto da composição quanto a medição per capita gasto de capital dos municípios de pequeno porte (P1) foram superiores dentre os outros portes. Já as menores médias encontradas, podem-se citar as metrópoles pela composição e os municípios médios na medição per capita. Isso representa que a disposição da despesa de capital, no que tange a divisão das despesas pelo gasto orçamentário total, se mantém constante em todos os municípios, mas, quando há divisão do gasto pelos habitantes totais, os de pequeno porte (P1) distribuem-se 62,26% a mais do que nos de médio porte (M).

As assimetrias encontradas, diferentemente das encontradas na Tabela 1 anteriormente, mantiveram-se positiva tanto da composição quanto na medição per capita da distribuição da despesa de capital. As maiores assimetrias positivas, que são valores distribuídos acima da média calculada, se referem as dos municípios de pequeno porte (P1) quando se refere a composição e, aos de pequeno porte intermediário (P2) na distribuição per capita. Podem-se retirar desses dados que os municípios pequenos distribuem suas despesas acima da média, comparando-se com os outros portes.

Destaca-se, também, a superioridade de 48,82% do desvio padrão dos municípios de pequeno porte (P1) para com as metrópoles, no tocante gasto per capita, traduzindo que os dados estão espalhados por uma gama de valores, e, concomitantemente, tendem a estar mais distantes da média se comparado com as metrópoles.

Concluí-se que no que tange ao gasto público per capita, os municípios de pequeno porte 1 (P1) possuem maior demanda de despesas de capital tanto em sua composição quanto no gasto público per capita. Já o gasto público corrente apresenta que as metrópoles (Me) exibem uma concentração de valores maior no que se refere a composição, porém, no gasto público per capita, os municípios de P1 são superiores se comparados com os outros portes.

4.2. Gasto público por natureza da despesa

Entrando no gasto público por natureza, sabe-se que, a despesa com pessoal, segundo o Art. 18 (Lei Complementar nº 101/2000), abrangem os gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais

como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Tabela 3: Estatísticas descritivas do gasto de pessoal pela composição e per capita

PESSOAL	GASTO POR NATUREZA									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,595	0,626	0,622	0,602	0,564	1494,30	1161,93	1113,48	1236,38	1237,45
DESVIO PADRÃO	0,100	0,111	0,096	0,089	0,097	635,64	538,07	459,99	564,90	434,89
MEDIANA	0,594	0,629	0,629	0,601	0,561	1318,90	1061,80	1031,71	1137,19	1130,79
QUARTIL 1	0,536	0,569	0,563	0,540	0,551	1082,03	905,89	893,92	902,45	934,88
QUARTIL 3	0,650	0,686	0,680	0,659	0,594	1728,28	1275,34	1225,05	1398,37	1542,56
MÁXIMO	1,264	1,264	0,867	0,950	0,744	9772,94	8884,16	6331,88	4998,50	1971,87
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,355	0,323	0,00	0,00	0,00	474,63	496,87
ASSIMETRIA	0,373	-0,137	-0,973	0,291	-0,667	2,33	6,15	5,86	2,93	0,36
CURTOSE	6,061	8,317	5,474	0,861	1,919	13,02	65,42	56,80	13,27	-0,75

Fonte: Elaboração do autor.

Analisando a Tabela 3, sabe-se que a média referente a este gasto se manteve estável em todos os portes dos municípios no que tange a composição. O mesmo ocorre na medição per capita, possuindo, porém, uma variação de 25,48%, comparando-se o maior e menor valor dos portes, em que o pequeno porte (P1) é maior que o porte médio (M).

Um fato que chama a atenção é a uniformidade, dentre os portes, da média em que se mantém nos três gastos vistos até aqui. Seguindo neste contexto, a assimetria manteve-se semelhante no tocante à composição e na medição per capita do gasto corrente exibidos na Tabela 1, demonstrando que a despesa analisada na Tabela 3 tende a ser distribuída mais assimetricamente dentre os municípios.

Tabela 4: Estatísticas descritivas do gasto de outras despesas pela composição e per capita

OUTRAS DESPESAS	GASTO POR NATUREZA									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,480	0,471	0,475	0,492	0,537	1237,52	899,01	887,60	1054,04	1210,43
DESVIO PADRÃO	0,091	0,105	0,093	0,083	0,080	631,87	526,54	488,16	604,53	513,76
MEDIANA	0,478	0,466	0,472	0,493	0,523	1068,99	789,49	766,05	926,60	1102,96
QUARTIL 1	0,427	0,414	0,418	0,442	0,479	824,65	643,73	613,08	655,57	849,42
QUARTIL 3	0,533	0,522	0,528	0,536	0,562	1501,17	1013,39	1012,42	1313,64	1424,87
MÁXIMO	1,264	1,264	1,264	0,755	0,734	8730,51	7778,01	5165,40	5899,35	2352,37
MÍNIMO	0,000	0,000	0,277	0,285	0,435	0,00	0,00	302,55	298,46	450,65
ASSIMETRIA	0,259	1,881	2,198	0,251	1,227	2,52	5,72	3,63	3,10	0,96
CURTOSE	8,725	16,783	15,913	0,367	1,584	15,06	55,70	22,00	17,61	0,72

Fonte: Elaboração do autor.

No que se refere a média, desvio padrão, mediana e quartis é possível perceber, através da análise das Tabelas 4 e 5, que os valores da composição do gasto encontrados são semelhantes, indicando uma uniformidade na distribuição tanto do gasto com outras despesas, Tabela 4, quanto na distribuição do gasto de investimentos, Tabela 5. No que se refere à distribuição per capita, é possível visualizar que os menores municípios possuem um desvio padrão ligeiramente maior que os outros portes municipais.

Tabela 5: Estatísticas descritivas do gasto de investimentos pela composição e per capita

INVESTIMENTOS	GASTO POR NATUREZA									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,167	0,144	0,139	0,139	0,119	453,42	289,57	265,51	311,45	267,19
DESVIO PADRÃO	0,094	0,082	0,068	0,068	0,056	438,60	348,78	191,00	311,51	169,18
MEDIANA	0,153	0,129	0,125	0,127	0,123	342,90	225,00	208,45	245,05	243,31
QUARTIL 1	0,101	0,086	0,090	0,092	0,077	208,20	141,84	140,50	155,11	133,71
QUARTIL 3	0,218	0,187	0,181	0,180	0,170	569,53	348,56	329,55	372,30	360,36
MÁXIMO	1,264	0,620	0,364	0,527	0,204	9579,95	5195,00	1412,05	3065,24	656,87
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,015	0,032	0,00	0,00	0,00	15,45	73,37
ASSIMETRIA	1,537	1,185	0,785	1,168	-0,042	6,72	8,90	2,00	4,80	0,93
CURTOSE	8,061	2,802	0,452	3,549	-1,079	105,95	109,66	6,18	33,09	0,48

Fonte: Elaboração do autor.

Entretanto, nos dados referentes a assimetria e curtose, percebe-se algumas diferenças. Enquanto a composição do gasto de outras despesas os valores assimétricos são distribuídos acima da média em municípios de Médio porte, na composição do gasto de investimentos os municípios de Pequeno porte 1 são os que apresentam uma assimetria mais distante positivamente da média.

A partir dessa análise dos gastos públicos por natureza da despesa, concluí-se que dos três gastos, apenas um manteve-se com o resultado dos municípios de pequeno porte 1 (P1) exibirem uma maior concentração dentre os portes (Investimentos).

4.3. Gasto público por função orçamentária

Adentrando os gastos por função orçamentária, esta seção abordará os gastos legislativos, administrativos, com assistência social, com saúde, educação, urbanismo, saneamento, energia e transporte.

Constatou-se que existe uma semelhança dos dados referentes a média das três tabelas a seguir que tratam do gasto legislativo, administrativo e com assistência social, Tabelas 7, 8 e 9, respectivamente. Sabe-se que as maiores médias encontradas nas três tabelas são dos

menores municípios brasileiros, tanto na composição do gasto público quanto em seu cálculo per capita.

Pode-se retirar disso que esses gastos são concentrados nos municípios com menores populações, chegando a ser 95,29% maior nos municípios de pequeno porte se comparados com os de médio porte, no que tange o cálculo da despesa pelos habitantes encontrada na Tabela 6.

No que se refere as menores médias calculadas, os municípios de grande porte (Tabela 6) representaram a menor composição, e, no que tange ao lado per capita da despesa, os municípios medianos. Fato que não ocorre nas Tabelas 7 e 8, que apresentam as metrópoles como menores médias encontradas.

Tabela 6: Estatísticas descritivas do gasto legislativo pela composição e per capita

LEGISLATIVA	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,039	0,033	0,030	0,027	0,029	100,89	15,93	4,75	58,06	59,67
DESVIO PADRÃO	0,025	0,048	0,016	0,014	0,011	79,41	40,05	20,51	44,62	24,16
MEDIANA	0,042	0,035	0,032	0,029	0,031	87,95	0,00	0,00	52,22	62,51
QUARTIL 1	0,029	0,021	0,023	0,020	0,022	60,86	0,00	0,00	37,31	54,87
QUARTIL 3	0,052	0,043	0,039	0,037	0,035	134,76	0,00	0,00	69,69	69,46
MÁXIMO	0,658	1,264	0,101	0,056	0,041	1023,00	906,30	509,28	275,88	99,94
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSIMETRIA	7,347	20,048	-0,271	-0,567	-1,306	2,06	7,86	8,46	2,00	-1,05
CURTOSE	178,390	487,964	0,558	-0,282	2,375	12,80	132,10	134,89	7,09	1,97

Fonte: Elaboração do autor.

As distribuições dos valores nos primeiros 25% e 75% da amostra (Quartil 1 e 3) apresentaram que a concentração do gasto tendeu para os municípios de Pequeno porte 1 nos gastos legislativos, administrativos e de assistência social (Tabelas 6, 7 e 8), demonstrando que as demandas por esses serviços públicos foram maiores nesse porte.

Tabela 7: Estatísticas descritivas do gasto administrativo pela composição e per capita

ADMINISTRAÇÃO	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,198	0,173	0,164	0,183	0,132	522,66	333,02	301,46	382,74	262,33
DESVIO PADRÃO	0,107	0,110	0,103	0,094	0,068	445,94	350,17	235,16	330,24	129,75
MEDIANA	0,176	0,150	0,140	0,157	0,132	401,60	255,18	243,56	302,97	230,17
QUARTIL 1	0,137	0,111	0,106	0,116	0,086	276,63	183,20	165,87	208,83	176,99
QUARTIL 3	0,231	0,202	0,197	0,225	0,153	632,37	382,01	351,18	431,43	369,70
MÁXIMO	1,264	1,264	1,264	0,602	0,294	9772,94	6513,42	2373,42	3791,72	472,31
MÍNIMO	0,000	0,000	0,019	0,056	0,014	0,00	0,00	53,10	71,75	43,82
ASSIMETRIA	4,547	4,673	5,013	1,588	0,780	6,89	8,83	3,74	5,18	0,23
CURTOSE	37,879	37,502	44,076	3,214	1,180	106,29	122,71	22,86	44,54	-0,90

Fonte: Elaboração do autor.

A assimetria encontrada na assistência social sugere que os menores municípios possuem uma concentração de valores acima da média no que tange a composição desse gasto, mas, por outro lado, quando se divide a despesa pela porção per capita dos municípios, tem-se que o pequeno porte intermediário (P2) apresenta uma maior assimetria positiva, sugerindo que, nesse caso, mesmo com a assimetria nos municípios de pequeno porte (P1) na composição, não houve a mesma concentração de valores em pequeno porte intermediário (P2).

Tabela 8: Estatísticas descritivas do gasto de assistência social pela composição e per capita

ASSISTÊNCIA SOCIAL	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,053	0,047	0,040	0,036	0,027	138,31	87,80	73,67	75,83	61,11
DESVIO PADRÃO	0,025	0,020	0,017	0,017	0,011	104,95	67,39	54,51	58,25	36,55
MEDIANA	0,050	0,046	0,039	0,035	0,029	112,94	75,73	63,38	64,29	53,49
QUARTIL 1	0,037	0,034	0,030	0,025	0,019	75,28	56,38	49,00	39,62	28,50
QUARTIL 3	0,066	0,057	0,049	0,045	0,035	170,15	106,31	86,98	94,47	91,07
MÁXIMO	0,240	0,159	0,090	0,095	0,045	1605,76	1100,13	658,30	513,23	130,43
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,004	0,007	0,00	0,00	0,00	5,16	14,57
ASSIMETRIA	1,242	0,830	0,383	0,747	-0,246	3,78	7,74	5,44	3,11	0,43
CURTOSE	4,630	2,841	0,265	0,935	-0,686	31,88	100,28	48,25	16,42	-1,09

Fonte: Elaboração do autor.

Tendo como base a Tabela 9, é possível enxergar que a composição dos municípios menores diminui, sendo uma das menores. Porém, assim como os outros gastos vistos até aqui, o cálculo per capita desses municípios continua sendo o maior. A assimetria muda de parâmetro também, já que se torna negativa em pequeno porte (P1) na composição e uma das menores no cálculo per capita.

É possível entender, portanto, que a concentração da composição dos gastos com saúde se diferencia dos gastos vistos anteriormente, tendendo para as metrópoles (Me). Fato que é compreensível dado as demandas mais custosas das grandes cidades brasileiras com saúde, tendo em vista que os tratamentos de alta complexidade são feitos nesses municípios. Contudo, quando há a divisão do gasto pelo dado da população, tem-se que os pequenos municípios, assim como os outros gastos vistos, se mantêm na frente.

Tabela 9: Estatísticas descritivas do gasto de saúde pela composição e per capita

SAÚDE	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,278	0,278	0,296	0,314	0,331	702,00	516,92	536,50	637,01	693,42
DESVIO PADRÃO	0,062	0,070	0,083	0,088	0,061	318,95	262,59	260,06	301,04	219,38
MEDIANA	0,278	0,277	0,286	0,302	0,360	630,43	475,14	492,48	606,19	696,39
QUARTIL 1	0,246	0,243	0,241	0,255	0,275	492,08	383,95	359,78	401,84	562,08
QUARTIL 3	0,312	0,316	0,341	0,372	0,372	835,73	585,20	642,83	811,46	795,69
MÁXIMO	0,793	0,597	0,632	0,570	0,419	3813,53	3828,43	2428,86	2371,77	1070,42
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,074	0,223	0,00	0,00	0,00	114,73	347,98
ASSIMETRIA	-0,426	-0,405	0,408	0,362	-0,452	1,75	4,61	2,35	1,47	0,26
CURTOSE	6,148	3,523	1,553	-0,101	-1,198	7,60	41,25	11,13	4,82	-0,64

Fonte: Elaboração do autor.

Outro gasto de extrema importância para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil é o que está representado pela Tabela 10 abaixo. A educação mantém a média superior nos municípios de pequeno porte (P1), no que se refere ao lado per capita da despesa, mas sua composição mostra que a concentração de valores é uniforme dentre os portes, mas com superioridade em pequeno porte (P2) e médio porte (M).

Os quartis, por sua vez, apresentam pouca variação dentre os portes, havendo uma superioridade pequena dos municípios menores na per capita, significando que quando o gasto é dividido por cada um dos habitantes, os municípios de pequeno porte (P1) ficam com as porções de 25% e 75% dos quartis 1 e 3, respectivamente.

Tabela 10: Estatísticas descritivas do gasto de educação pela composição e per capita

EDUCAÇÃO	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,374	0,432	0,419	0,339	0,239	899,17	776,27	729,10	677,37	503,76
DESVIO PADRÃO	0,115	0,129	0,133	0,085	0,038	330,79	293,16	297,89	314,86	157,87
MEDIANA	0,357	0,421	0,390	0,328	0,229	852,31	754,01	681,01	624,86	544,31
QUARTIL 1	0,295	0,333	0,319	0,275	0,213	684,07	600,18	549,63	486,62	368,91
QUARTIL 3	0,448	0,524	0,497	0,394	0,257	1059,08	905,74	849,31	786,07	617,03
MÁXIMO	1,028	0,968	0,870	0,643	0,336	4169,03	3725,29	3419,25	2749,44	840,35
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,167	0,192	0,00	0,00	0,00	278,89	249,93
ASSIMETRIA	0,393	0,217	0,775	0,680	1,157	1,37	2,72	3,18	2,75	0,19
CURTOSE	0,723	0,716	0,505	0,450	1,214	5,97	21,05	22,05	12,17	-0,28

Fonte: Elaboração do autor.

A concentração do gasto com urbanismo e saneamento medido pela média, no que tange sua composição, representados pelas Tabela 11 e Tabela 12, respectivamente, assemelha-se com a despesa com saúde (Tabela 9), visto que as metrópoles (Me) também demandam mais recursos orçamentários para custear o urbanismo.

Tabela 11: Estatísticas descritivas do gasto com urbanismo pela composição e per capita

URBANISMO	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,108	0,118	0,124	0,140	0,175	279,19	237,80	240,15	296,13	359,06
DESVIO PADRÃO	0,070	0,070	0,068	0,073	0,103	252,44	267,26	212,04	231,13	245,00
MEDIANA	0,103	0,110	0,116	0,126	0,175	220,47	183,10	182,25	231,70	327,09
QUARTIL 1	0,057	0,070	0,072	0,089	0,098	123,59	111,92	112,69	139,72	179,72
QUARTIL 3	0,149	0,154	0,171	0,188	0,254	368,93	288,49	308,05	394,28	471,20
MÁXIMO	0,609	0,467	0,402	0,375	0,342	3873,27	3915,20	1528,32	1406,60	984,54
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,009	0,00	0,00	0,00	0,00	19,56
ASSIMETRIA	0,894	0,897	0,577	0,485	-0,097	3,02	6,44	2,88	1,82	0,99
CURTOSE	2,196	1,730	0,230	-0,085	-1,158	20,69	65,46	12,36	4,10	1,59

Fonte: Elaboração do autor.

Por outro lado, o cálculo per capita do urbanismo e saneamento, Tabelas 11 e 12, respectivamente, é diferente quando comparado com a saúde, tendo em vista que as metrópoles (Me), assim como na composição, apresentaram uma maior concentração de valores, deixando claro que os gastos da Tabela 11 e 12 são mais demandados em cidades com maiores populações.

Tabela 12: Estatísticas descritivas do gasto com saneamento pela composição e per capita

SANEAMENTO	GASTO POR FUNÇÃO									
	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,020	0,023	0,033	0,040	0,059	50,84	46,01	64,91	96,09	141,51
DESVIO PADRÃO	0,036	0,038	0,049	0,057	0,070	104,63	84,86	109,00	168,61	189,33
MEDIANA	0,004	0,005	0,007	0,008	0,038	8,55	7,63	10,79	14,83	86,31
QUARTIL 1	0,000	0,000	0,000	0,000	0,006	0,00	0,00	0,05	0,00	9,87
QUARTIL 3	0,027	0,031	0,051	0,065	0,091	62,79	50,09	92,62	151,97	187,50
MÁXIMO	0,400	0,283	0,312	0,263	0,252	2152,50	722,94	894,58	1407,77	733,52
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSIMETRIA	3,671	2,581	1,981	1,503	1,573	6,07	3,06	2,79	3,21	2,24
CURTOSE	20,315	8,425	4,420	1,428	2,645	71,63	12,60	12,01	16,04	6,11

Fonte: Elaboração do autor.

Os gastos com energia, por sua vez, apresentam uma média de valores mais concentradas nos municípios de pequeno porte (P1), conforme a Tabela 13. Fato que se repete com o desvio padrão e com a assimetria encontrada. Este último refere-se aos valores acima da média dos municípios pequenos, refletindo que os gastos com energia estão, também, acima da média nesses municípios e que a demanda por energia elétrica neles tende a ser maior.

Tabela 13: Estatísticas descritivas do gasto com energia pela composição e per capita

GASTO POR FUNÇÃO										
ENERGIA	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,004	0,004	0,004	0,004	0,000	9,26	7,60	6,06	6,60	0,84
DESVIO PADRÃO	0,009	0,008	0,009	0,009	0,001	24,11	18,46	16,00	15,55	3,35
MEDIANA	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUARTIL 1	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUARTIL 3	0,003	0,003	0,001	0,000	0,000	5,98	4,24	2,30	0,00	0,00
MÁXIMO	0,195	0,052	0,057	0,053	0,004	671,46	212,05	132,44	96,26	13,41
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSIMETRIA	6,336	2,470	3,490	2,748	4,000	9,16	4,48	4,08	2,89	4,00
CURTOSE	88,866	6,377	14,372	7,886	16,000	186,97	31,17	20,99	9,64	16,00

Fonte: Elaboração do autor.

Por fim, a concentração do gasto referente ao transporte, exibido na Tabela 14, assemelha-se ao do gasto com educação (Tabela 10), tendo em vista que a média calculada foi maior em municípios de pequeno porte (P1). Isso demonstra que o gasto com transporte público, assim como a educação, em que possuem muito recurso orçamentário e fazem parte constante da demanda da população, tendem a estar presentes em municípios menores.

Tabela 14: Estatísticas descritivas do gasto com transporte pela composição e per capita

GASTO POR FUNÇÃO										
TRANSPORTE	COMPOSIÇÃO					PER CAPITA				
	P1	P2	M	G	Me	P1	P2	M	G	Me
MEDIA	0,058	0,028	0,019	0,019	0,023	170,55	54,01	32,35	43,92	53,09
DESVIO PADRÃO	0,065	0,039	0,029	0,032	0,041	256,37	83,63	50,70	102,42	93,34
MEDIANA	0,038	0,013	0,008	0,006	0,004	82,34	22,99	11,74	9,32	8,60
QUARTIL 1	0,007	0,001	0,000	0,000	0,000	12,91	2,06	0,00	0,00	0,00
QUARTIL 3	0,088	0,039	0,025	0,024	0,026	227,91	72,56	43,19	42,45	50,78
MÁXIMO	0,445	0,281	0,223	0,215	0,153	5695,77	694,40	389,57	1092,91	296,31
MÍNIMO	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSIMETRIA	1,597	2,426	2,950	3,182	2,558	5,17	3,03	2,82	5,88	2,08
CURTOSE	3,058	7,857	12,188	12,892	6,913	69,39	12,23	10,94	47,84	3,40

Fonte: Elaboração do autor.

Concluí-se que nos gastos públicos por função orçamentária, cinco dos nove analisados se repetem no que se refere a distribuição do gasto que tendem a estar mais concentrados em municípios de pequeno porte (P1). Apesar disso, não se pode dizer que há uma constância, visto que os outros quatro gastos apresentaram resultados diferentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base o objetivo geral e específico deste estudo, foi feita a análise da composição do gasto público municipal em diferentes níveis de agregação, referentes aos gastos por categoria, natureza e função em relação ao porte dos municípios brasileiros, bem como o estudo da composição do gasto público e o gasto público per capita.

A partir disso, pôde-se constatar com os dados analisados que sete das quatorze despesas orçamentárias da amostra são distribuídas de forma maior em municípios de pequeno porte (P1) se comparados com os outros portes, no que se refere a composição do gasto público e o gasto público per capita.

Diante disso, no que tange ao gasto público por natureza da despesa, notou-se que os gastos com pessoal, outras despesas e investimentos apresentaram, no gasto público per capita, o mesmo resultado, ou seja, os municípios de pequeno porte (P1) possuem a maior média na distribuição destas despesas. Isto significa que estes municípios tendem a necessitar de mais recursos públicos e demandam mais despesas do orçamento público federal, por questões que vão desde complexidades sociais a demandas socioeconômicas de região para região.

No que se refere ao gasto por função orçamentária, notou-se que as despesas legislativas, administrativas, assistenciais, de saúde, educação, energia e transporte, obtiveram as maiores médias per capita distribuídas entre os municípios de pequeno porte (P1). Por outro lado, despesas com urbanismo e saneamento apresentaram uma maior média nas metrópoles, significando que nestes gastos, municípios com alta densidade demográfica requerem mais recursos para atender à demanda.

Estes resultados demonstram que apesar da metade dos gastos públicos analisados fossem mais distribuídos entre municípios de pequeno porte, não existe uma constância, já que se observou que outros gastos tendem a estarem distribuídos entre portes diferentes. A composição do gasto público analisada, portando, se diferencia em relação ao porte dos municípios brasileiros, tendendo, todavia, a estar distribuído entre municípios pequenos.

Respondendo, portanto, ao problema de pesquisa, a composição do gasto público se diferencia mais entre os portes dos municípios em despesas por categoria econômica e por natureza da despesa, tendo em vista apenas dois dos cinco gastos analisados possuem uma constância no que se refere a maior concentração das despesas em municípios de pequeno porte (P1).

Diante disso, o trabalho identificou como se distribuiu a despesa pública dentre os portes dos municípios no ano de 2012, podendo agir como base para futuros trabalhos

abrangendo mais gastos públicos que não fizeram parte do escopo deste trabalho. Objetiva-se com esse estudo poder auxiliar gestores públicos a identificarem o comportamento da despesa pública dentre os municípios a partir de estudos tanto da composição do gasto público quanto de suas demandas socioeconômicas e complexidades regionais, para que carências de serviços fundamentais da população sejam atendidas da melhor forma social e financeiramente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Rui. **Os municípios e os desafios da federação no Brasil**. São Paulo em perspectiva, 1996. p. 9.

ALVES, Caroline Maria Toebe; ALLEBRANDT, Sérgio Luis. Interfaces entre plano regional de desenvolvimento e planos plurianuais municipais: o caso do Corede Noroeste Colonial. **VII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional**, UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

ANDRADE; Nilton de Aquino (org); et al. **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. 2ª Edição, São Paulo: Atlas, 2008.

ARRETCHE, Marta Arretche; MARQUES, Eduardo. **Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo**. Ciência & Saúde Coletiva, 2002.

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e políticas sociais no Brasil: Problemas de coordenação e autonomia**. São Paulo em perspectiva, 2004. p. 20.

BARBOSA, Cristina Maria Oliveira apud Miranda et al. **Uma análise sobre a compreensibilidade das informações contábeis governamentais comunicadas pelo Balanço Orçamentário**. Vitória, Brasil, BBR - Brazilian Business Review, vol. 5, núm. 3, FUCAPE Business School, 2008. p. 210.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.249**, de 13 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13249.htm> Acesso em: 05 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 16 jun. 2016.

CARDOSO JR, José Celso. **Planejamento governamental e gestão pública no Brasil: Elementos para ressignificar o debate e capacitar o Estado**. Brasília, DF: Ipea, 2011. 62 p.

CARDOSO JR, José Celso; REZENDE, Fernando. **A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2015. 517 p.

DANTAS, et al. Custo-benefício do controle: proposta de um método para avaliação com base no COSO. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília – DF, mai/ago 2010. p. 3 – 19.

FILHO, Antônio José. **A importância do controle interno na administração pública**. Diversa: Ano I - nº 1. jan./jun. 2008. P. 85-99.

GONTIJO, Vander. **Instrumentos de Planejamento e Orçamento**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/orcamentobrasil/cidadao/entenda/cursopo/planejamento.html>> Acesso em: 02 jun. 2016.

2.

GRUBBA, Leilane Serratine. **A complexidade econômica dos direitos humanos: uma dimensão escondida do desenvolvimento humano**. Chapecó, v. 14, n. 1, jan./jun. 2013.

LIEDTKA, J. apud BORGES, Thiago Bernardo; MATIAS, Márcia Athayde. **Contabilidade Gerencial no setor público: o caso de Minas Gerais**. Revista Contabilidade Vista & Revista, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, 2011. p. 81.

MACIEL, Everaldo apud QUEIROZ, Ramon. **Desafios e potencialidade do planejamento governamental do estado do Tocantins. 2015**. 122 p. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Fundação Universidade Federal do Tocantins – TO, 2015.

MALFITANO, Ana Paula Serrata; LOPES, Roseli Esquerdo. **Educação popular, ações em saúde, demandas e intervenções sociais: O papel dos agentes comunitários de saúde**. Campinas, Cad. Cedes, vol. 29, n. 79, 2009. p. 369.

MENDES, Constantino Cronemberger. **Padrões Regionais da Despesa Pública Municipal no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2015. 54 p.

MENDES, Constantino Cronemberger. **Padrões Regionais do Gasto Público Municipal no Brasil**. ESAF: VII Prêmio SOF de monografias. Tema 1. Qualidade do Gasto Público, 2014. 79 p.

MUSGRAVE, R. A apud MENDES, Constantino Cronemberger. **Padrões Regionais da Despesa Pública Municipal no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2015. 54 p.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Capítulo I: O Conceito de Desenvolvimento. **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1967**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968. p. 15-27.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Capítulo XVI: O Dualismo Histórico-estrutural. **Estado e subdesenvolvimento industrializado**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. p. 210-218.

RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **O problema central do controle da administração pode ser resumido ao debate sobre modelos?** R. TCU, Brasília – DF, jul/set 2002. p. 55-73.

VIANA, Cibelis da Rocha. **Teoria geral da contabilidade**. 6. ed. Porto Alegre, Sulina, 1976. p.26.